

# CLIPPING

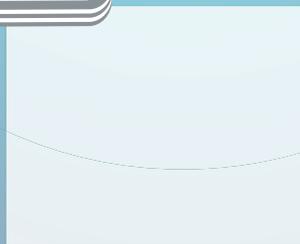


## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## Progressão de carreira impacta R\$ 5 mi ao ano

**EDUCAÇÃO** Promoção de professores e servidores administrativos está vedada desde 2017; Sintego negocia descongelamento na Assembleia, que vai decidir sobre redução de vínculo constitucional

Marcos Nunes Carreiro  
marcos.carreiro@opopular.com.br

Uma das propostas para minimizar o efeito da possível redução da vinculação constitucional da Educação de 27% para 25%, o descongelamento das progressões para professores e servidores administrativos da área impactaria os cofres do Estado em R\$ 5,69 milhões por ano. O levantamento é da Secretaria de Educação, feito a pedido do POPULAR.

O descongelamento e assinatura das progressões fazem parte das sete propostas entregues pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego) à Assembleia Legislativa, onde tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a vinculação ao incluir os 2% da Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% destinados à área. Embora conte com apoio de parte dos deputados estaduais, a proposta do Sintego enfrenta resistência do governo estadual.

As promoções de servidores estão vedadas desde 2017, quando houve a promulgação da PEC 54, que impede que o governo conceda qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de salários para os servidores estaduais - promoções estão limitadas a uma vez por ano e somente para as carreiras da Segurança Pública e da Saúde.

Um dos argumentos do Sintego é de que existem profissionais que aguardam apenas a assinatura das progressões para apresentar o pedido de aposentadoria - os benefícios são incorporados aos vencimentos dos inativos. "Há 800 professores que querem aposentar e não o fizeram, aguardando a assinatura das progressões", relata Bia de Lima, presidente do sindicato.

Segundo Bia, há também os

### Saída da PEC?

Veja impacto do possível descongelamento de progressões aos profissionais da Educação

PROFESSORES			
Tipo de progressão	Data dos pedidos	Quantidade de servidores	Impacto mensal
Horizontal	02/05/2017	223	R\$ 19,19 mil
Horizontal	14/05/2018	304	R\$ 19,12 mil
Horizontal	18/06/2018	205	R\$ 13,91 mil
Horizontal	04/07/2018	268	R\$ 18,28 mil
Horizontal	07/08/2018	37	R\$ 2,53 mil
Vertical	05/01/2018	342	R\$ 276,82 mil
Vertical	20/02/2018	94	R\$ 74,05 mil
Vertical	27/02/2018	14	R\$ 14,18 mil
Vertical	28/02/2018	39	R\$ 30,72 mil
<b>TOTAL</b>		<b>1526</b>	<b>R\$ 468,86 mil</b>

ADMINISTRATIVOS			
Tipo de progressão	Data dos pedidos	Quantidade de servidores	Impacto mensal
Horizontal	14/05/2018	95	R\$ 2,79 mil
Horizontal	15/06/2018	45	R\$ 1,46 mil
Horizontal	31/08/2018	25	R\$ 1,29 mil
<b>TOTAL</b>		<b>165</b>	<b>R\$ 5,69 mil</b>

**TOTAL DO IMPACTO MENSAL**  
**R\$ 474,34 mil**

**TOTAL DO IMPACTO ANUAL**  
**R\$ 5,69 milhões**

Fonte: Secretaria da Educação

servidores, sobretudo professores, que se qualificaram, fazendo mestrado e doutorado, por exemplo, e que não receberam as progressões devido ao conge-

limento legal, que vale até 2020. "Tem muita gente que estudou e se qualificou e não tem acesso a essa progressão. Então, isso precisa ser revisto."

Para descongelar as progressões, caso o governo assim entenda, a Assembleia precisará modificar o texto da PEC 54, acrescentando a permissão pa-

ra progressões e também a autorização para mudar a PEC, que prevê alteração apenas "a partir do terceiro exercício de sua vigência".

### RESISTÊNCIA

Reunões têm sido feitas desde o início da semana entre as secretárias de Educação, Fátima Gavioli, e de Economia, Cristiane Schmidt, para tratar do possível atendimento às propostas feitas pelo Sintego. As secretárias não responderam aos contatos da reportagem até o fechamento da edição, mas foi possível apurar que existe, sobretudo por parte da equipe econômica do governo, resistência às propostas, principalmente o descongelamento das progressões.

O líder do governo na Assembleia, Bruno Peixoto (MDB), entretanto, diz que o diálogo ainda está aberto para todos as propostas e que o governador Ronaldo Caiado (DEM) já "sinalizou positivamente para 80% delas". De acordo com Bruno, o governo pode conceder a retrada dos aproximadamente 4% de gastos com inativos que se encontram na folha da Educação, além do pagamento do plano e da data-base e criar vagas na UEG para mestrado e doutorado voltadas a professores da educação básica.

A respeito dos outros pontos, sobretudo as progressões - há também exigência de abertura de novo concurso público -, o emedebista relata que as conversas continuam. "Existe um diálogo permanente entre o governo, a Assembleia e o Sintego, entendendo que os gastos com educação vão aumentar e não diminuir." Segundo ele, isso ocorrerá devido à retrada dos 4% de gastos com aposentados contabilizadas na vinculação. "Com essas medidas sendo atendidas, os gastos financeiros com a educação vão aumentar, embora o percentual diminua."

## Folha de aposentados somou R\$ 842 milhões até julho

Dados do Portal da Transparência do Estado mostram que foram gastos aproximadamente R\$ 842,58 milhões com aposentados da Secretaria de Educação de janeiro a julho deste ano. Uma média de R\$ 120,36 milhões por mês, valor que vem subindo ao longo dos anos com o aumento do número de aposentados. Como mostrou o POPULAR no início de agosto, o núme-

ro de servidores inativos da pasta passou de 29.069 para 35.146, 6.077 funcionários aposentados a mais no período, o que representa um crescimento de 20,9%.

E essa é uma discussão que também afeta o debate sobre a PEC que reduz a vinculação da Educação no Estado. O Sintego quer que o governo retire os inativos dos 25% constitucionais - de acordo com o líder do gover-

no na Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (MDB), atualmente, 4,11% dos 25% destinados à Educação são gastos com servidores que poderiam estar sob competência da Golasprev, mas estão na folha de pagamento da Educação. Ele informa, porém, que há sinalização do governador Ronaldo Caiado (DEM) de retirada desse percentual da contabilidade dos 25%.

De acordo com a Golasprev, responsável por inativos e pensionistas do Executivo, os pagamentos desses servidores não contam com a participação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Segundo nota do órgão, "atualmente, por uma questão de trâmite processual, os servi-

dores aposentados permanecem na Folha de Pagamento de ativos da Educação, que sim, conta com os recursos do Fundeb, até que seja feita a migração para a Folha de Inativos, gerida pela Golasprev." "Informamos ainda, que uma força tarefa para aceleração desse período de migração, já foi solicitado pela Golasprev, junto às unidades competentes", termina a nota.



# LDO sem vetos é promulgada

O orçamento previsto para o ano de 2020 foi promulgado pelo presidente da Alego no Diário Oficial

**Dayrel Godinho**  
Especial para O Hoje

Uma semana após a derubada do veto do veto da governadoria, o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Lissauer Vieira (PSB), promulgou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2020 e manteve a cotação estimada para a Assembleia em R\$ 155,7 milhões entre outros vetos do Governo de Goiás.

A promulgação aconteceu sem a necessidade do Governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas) sancionar a lei, uma vez que a Casa derrubou os vetos do governador de Goiás.

O projeto saiu no Diário Oficial desta última sexta-feira (30), três dias após o presidente da Alego “abrir mão” de R\$ 63 milhões do duodécimo garantido pela Constituição para a Casa Legislativa. O acordo aconteceu entre o governador de Goiás e o presidente da Casa, que afirmou na ocasião que “sempre defendeu ações e alternativas para alavancar a economia de Goiás”.

Com isso, o Legislativo terá direito ao montante de R\$ 96 milhões a partir do ano que vem, ao invés dos R\$ 156 milhões previstos na LDO. O acordo foi acertado na última segunda-feira (26), após um amplo debate conduzido pelo chefe do Poder

Legislativo e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas). O presidente da Alego definiu o acordo como “um resultado positivo”.

Esta era uma das principais demandas par ao presidente da Casa, que tem defendido a autonomia do Legislativo. Entre as demandas defendidas por Lissauer, a independência econômica é uma das principais. No entanto, ele entendeu que o Estado não está muito bem economicamente.

“Sempre defendi ações e alternativas para alavancar a economia de Goiás. Acredito que avançamos em um diálogo muito produtivo com o Governo do Estado e conseguimos chegar a um acordo positivo entre todos os lados”, afirmou Lissauer.

O presidente da Alego, então, comemorou o acordo afirmando que foi bom deixar claro que os poderes são independentes e que o repasse do duodécimo é uma obrigação do Executivo. No entanto, o presidente afirmou que, o Legislativo se sentiu sensibilizado com a atual situação do Estado e com a boa vontade do governador Caiado e por isso “abriu mãos de parte do direito”.

Lissauer também garantiu que o recurso devido à Alego será repassado de forma integral e reforçou que não abrirá mão da autonomia financeira da Casa. “Já está tudo



**Vetos à LDO foram derrubados por 31 votos a zero em sessão na Assembleia de Goiás**

acertado e o repasse será feito integralmente. Esses valores são destinados à manutenção, investimento e custeio do Poder Legislativo. Precisamos dessa autonomia para garantir uma maior economia aos cofres públicos e para darmos continuidade ao projeto de construção da nova sede da Alego”, afirmou.

## **13 artigos foram vetados pela governadoria**

A sessão ordinária do último dia 20 aprovou a derrubada de 13 vetos à LDO do ano de 2020. A derrubada dos vetos foi aprovada por 31 votos não e nenhum voto sim. Ainda nesse processo, em acordo entre os Poderes, os deputados mantiveram, por 20 votos sim e 13 votos não, o veto da Governadoria ao destaque de

receitas extraordinárias que o Governo precisa remanejar.

O relator do veto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), o Henrique Arantes (PTB), emitiu um parecer pela rejeição total do veto. O parlamentar destacou que os vetos parciais atingiram apenas as alterações feitas pela Alego e pelo TCM. “Era um acordo que foi construído entre os três Poderes, foi discutido, inclusive, com a secretária de Economia. Foi comprometido, foi acordado e foi vetado. Por isso, peço a derrubada desse veto”, afirmou.

Além dos repasses para a Alego, também foi derrubado o veto à previsão de repasse de R\$ 20 milhões para o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Os demais vetos da gover-

nadoria, derrubados, diziam respeito à relação poder Legislativo e poder Executivo, como o Art. 4º, Art. 5º e Art. 8º, que visavam a priorização da utilização dos recursos do Estado em determinadas áreas, como a implementar ações de recuperação asfáltica.

Outro veto se deu por “invasão na esfera de autonomia do Executivo”, que impõe prioridades ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

A justificativa dos vetos, pela governadoria, foi de que a Secretaria de Economia, emitiu um parecer afirmando que a previsão da LDO supera de forma significativa os valores efetivamente repassados nos últimos exercícios e estão acima da capacidade de desembolso financeiro do Tesouro Estadual.



## Despesa com pessoal subiu 228% entre 2010 e 2017

**SANEAGO** Levantamento realizado pelo Ministério da Economia também mostra que no período a estatal reduziu em 35% os investimentos

**Fabiana Pulcinelli**  
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

A Saneago, estatal de saneamento de Goiás, reduziu investimentos em 35% e aumentou despesas com pessoal em 228% de 2010 a 2017, aponta levantamento feito pelo Ministério da Economia em todo o País. De acordo com o estudo, trata-se da quinta empresa com maior queda de investimentos no período.

Considerando a inflação dos sete anos incluídos na pesquisa, os gastos com empregados subiram em mais de 100% (aumento real). O estudo também registra que houve crescimento no número de funcionários em torno de 30%.

O levantamento, que foi divulgado no dia 18 pelo jornal *O Globo*, faz alertas sobre a carência de investimentos, enquanto nove Estados chegam a utilizar mais de 50% da receita operacional do prestador para pagamento de pessoal.

O POPULAR teve acesso ao levantamento, com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério de Desenvolvimento Regional, e traz mais detalhes específicos da situação da estatal goiana (veja quadro). No caso da Saneago, a aplicação em 2017 foi de 42,41% da receita para salários e 10,42% em investimentos - que levam em conta aplicações em expansão de redes de água e esgoto.

O estudo também mostra a variação de tarifas e a prestação de serviço das estatais. A Saneago aumentou nominalmente em 88% a tarifa de água de 2010 a 2017, percentual bem superior à inflação do período, de cerca de 60%. Em 2017, a empresa ocupava a terceira posição na lista de maiores tarifas do País e praticamente toda a população urbana era atendida.

Já na parte de esgoto, a variação da tarifa foi de 107% e o valor praticado em 2017 era o sexto maior do Brasil. Ainda assim, 47,39% da população do Estado não possuía coleta de esgoto.

A direção da Saneago afirma que, para acompanhar a expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, foi necessário ampliar também o número de servidores, mas que há "tendência de equilíbrio" na relação entre investimentos e gastos com pessoal.

A estatal diz que adotou medi-

das de reestruturação, com dois Programas de Desligamento Voluntário (PDVs), e está reduzindo custos para recuperar a capacidade de investimentos. Segundo a empresa, 605 empregados aderiram aos PDVs, com economia anual de R\$139 milhões.

A Saneago também informou que fechará 2019 com R\$ 1,1 bilhão de investimentos em obras contratadas, com financiamentos e recursos próprios.

Questionada sobre a previsão de investimentos e gastos com pessoal para este ano, a empresa alegou que não pode informar por conta de instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que estabelece limite de divulgação de dados para empresas envolvidas em oferta pública de ações.

Foi o mesmo argumento utilizado em resposta ao questionamento sobre possíveis estudos para privatizar a empresa.

A empresa pretende vender até 49% das ações no processo de IPO (Initial Public Offering, em Inglês) ou Oferta Pública Inicial, que ocorrerá ainda este ano.

### TARIFAS

Em relação às tarifas, a Saneago informou que os aumentos "foram devidamente aprovados pelo agente regulador e seguem as diretrizes estabelecidas pela legislação aplicada sobre o setor".

Segundo a direção, a revisão tarifária busca a recuperação dos investimentos realizados em melhorias e ampliações dos sistemas de água e esgoto e o equilíbrio econômico-financeiro da empresa.

Sobre o fato de a tarifa de água ser a terceira maior do País, a Saneago informou que cada empresa possui seu próprio órgão regulador independente, que é responsável pela definição de seu modelo regulatório. "Nesse contexto, devido à falta de parâmetros uniformes entre as agências regulatórias, cada empresa possui sua própria estrutura tarifária. Por isso, essa comparação é questionável", diz.

Quanto à cobertura de serviço de esgoto, a empresa informou que no primeiro semestre deste ano houve ampliação de 59,8% para 60,9% da população do Estado. "São 33 mil novas ligações, correspondente a 100 mil habitantes beneficiados com o serviço", informou.

### Raio-x da Saneago

Dados das contas e prestação de serviço da estatal goiana de saneamento

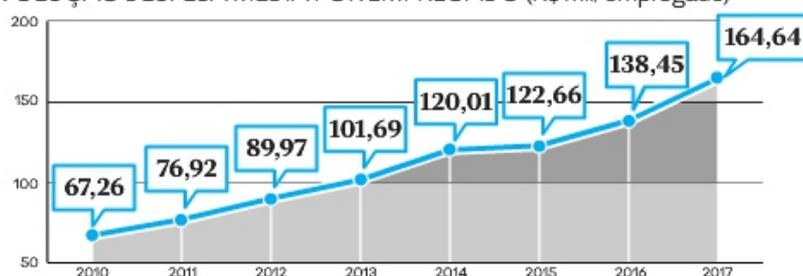
DESPESAS COM PESSOAL E DESPESAS COM INVESTIMENTOS (R\$ mil)

ANO	PESSOAL	INVESTIMENTOS
2010	291.079,76	362.130,55
2011	343.107,85	314.498,14
2012	401.539,72	346.841,31
2013	444.524,06	432.877,72
2014	564.153,81	590.312,05
2015	648.566,60	402.996,73
2016	787.242,37	401.574,47
2017	946.909,07	235.175,98

Despesas com pessoal  
Aumento de **228,74%**

Investimentos  
Redução de **35%**

EVOLUÇÃO DESPESA MÉDIA POR EMPREGADO (R\$ mil/empregado)



CUSTO MÉDIO POR EMPREGADO, DE 2010 A 2017

Aumento de **144,78%**

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

**6.806**

EMPREGADOS PRÓPRIOS

**5.741**

DESPESA MÉDIA ANUAL POR EMPREGADO (2017)

**R\$ 164.643,68**  
8º maior do País

DESPESA COM PESSOAL PRÓPRIO / RECEITA OPERACIONAL (2017)

**42,41%**  
14º maior do País

VARIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL PRÓPRIO (2017/2010, EM GANHOS REAIS)

**101,77%**  
3º maior do País

INVESTIMENTO / RECEITA OPERACIONAL (2017)

**10,42%**  
10º pior do País

INVESTIMENTO (2017)

**R\$ 235.175.983,57**  
9º maior do País

MÉDIA ANUAL DE INVESTIMENTOS (2010 a 2017)

**R\$ 384.175.869,24**

VARIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL PRÓPRIO - DEFLACIONADO (2017/2010)

**101,77%**

VARIÇÃO TARIFA ÁGUA (2017/2010)

**88,50%**  
6º maior do País

TARIFA MÉDIA ÁGUA (2017)

**5,90 (R\$/m³)**  
3º maior do País

VARIÇÃO TARIFA ESGOTO (2017/2010)

**107,02%**  
6º maior do País

TARIFA MÉDIA ESGOTO (2017)

**4,72 (R\$/m³)**  
6º maior do País

ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ÁGUA (2017)

**97,59%**  
6º melhor do País

ÍNDICE DE COLETA DE ESGOTO (2017)

**52,61%**  
7º melhor do País

ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO (2017)

**25,37%**  
Melhor situação do País

GRAU DE ENDIVIDAMENTO DA EMPRESA

**44%**



## GIRO



**Marcos Nunes  
Carreiro**

[marcos.carreiro@opopular.com.br](mailto:marcos.carreiro@opopular.com.br)

## *Estado gastou, em média, R\$ 6,1 milhões com pensões especiais de janeiro a julho*

O Estado de Goiás gastou, de janeiro a julho deste ano, uma média de R\$ 6,11 milhões com o pagamento de pensões especiais, destinadas a quem tem renda inferior a um salário mínimo e é portador de necessidades especiais ou doença e tiver prestado “relevantes serviços ao Estado” ou a “determinada comunidade local” e não fizer “jus a proventos de aposentadoria ou pensão a expensas do erário estadual ou municipal.” Vítimas do acidente com o césio 137 e anistiados políticos ou seus descendentes também têm direito ao benefício. No mesmo período de 2018, o gasto médio com esse tipo de pensão, que é pago diretamente pelo Tesouro Estadual e não pela Goiasprev, foi de R\$ 5,77 milhões. O gasto total do Estado com Previdência, até julho, foi de R\$ 2,92 bilhões, quase 9% a mais que no mesmo período do ano passado, quando ficou em R\$ 2,68 bilhões.



## Xadrez

Rubens Salomão | [xadrez@ohoje.com.br](mailto:xadrez@ohoje.com.br)

### Governo revisará incentivos e setor antecipa rejeição

O governador Ronaldo Caiado (DEM) confirmou que realizará neste mês a rediscussão sobre a concessão de benefícios fiscais a empresas em Goiás, como incentivos e créditos outorgados. Sem detalhar o que será oferecido depois da redução de créditos acertada no fim de 2018, Caiado respondeu a este colunista que “a Secretaria de Economia está trabalhando para ver a proposta aos empresários que têm benefícios em Goiás e nossa sugestão de negociação para o próximo ano”. O presidente da FIEG, Sandro Mabel, já antecipou aqui a intenção de que os benefícios retornem em 2020 ao patamar total de 2018, sem as reduções vigentes neste ano. Diante da confirmação do governador, o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), adianta: “Eu espero que o governo mantenha os incentivos e declaro que sou contra retirar mais incentivos”, define o deputado de Rio Verde.

